

As necrópoles como patrimônio cultural: Reflexões sobre o inventário do Cemitério do Bonfim em Belo Horizonte

Luis Gustavo Molinari Mundim*



Fig. 01 – Anjo da consolação do Cemitério do Bonfim -
Foto: Luis Molinari

CEMITÉRIO, SIMBOLOGIA e PATRIMÔNIO

Todas as variedades de cruces, anjos, bustos, medalhões, colunas, corações, âncoras, figuras chorando, espadas, flâmulas, brasões, tochas viradas, vasos cobertos com panos funerários, ampulhetas, corujas, caveiras, poliedros, livros da Vida abertos ou fechados, a foice do tempo, inscrições lacônicas ou lancinantes, humildes ou vaidosas, apelos de oraiporele ou porela – tudo recobrando a mesma treva e o mesmo zero.(NAVA, 2005:46)

A descrição apresentada pelo célebre memorialista Pedro Nava se refere ao Cemitério do Caju, na capital fluminense, e é a lembrança de infância daquele espaço feita pelo escritor. As palavras, mais que mera descrição do Campo Santo, remetem às lembranças de um tempo vivido, são fragmentos de memória, impressões sobre o

* Mestre em História Cultural pela UFMG e Gerente de Patrimônio Imaterial do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG.

espaço que estimulam a percepção do cemitério enquanto um lugar eminentemente da lembrança, lugar de recordações.

As lembranças extrapolam a suntuosidade dos carneiros¹ mais ricos ou as imponentes capelas, ornadas com esculturas confeccionadas em mármore ou bronze. Tais lembranças apresentam dimensões distintas: uma coletiva, expressa nos túmulos de personalidades que em vida marcaram sua trajetória social, e outra, particular íntima dos familiares e amigos, traduzidos, muitas vezes, em sepulturas singelas construídas em alvenaria e sem ornamento algum.

Nesse espaço convivem e se complementam duas percepções de um mesmo patrimônio cultural; uma mais próxima da arte aplicada, do monumento, do edifício, ou seja, daquilo que se convencionou chamar de patrimônio material, e outra, mais subjetiva, ligada aos hábitos, às crenças e as tradições, comumente identificada como patrimônio imaterial. Ainda que essas duas percepções de patrimônio possam efetivamente ser divididas para fins metodológicos, elas caminham juntas, significando e re-significando os valores do bem cultural no tempo e no espaço.

Assim a significação e o valor cultural do Cemitério do Bonfim somente são possíveis a partir do olhar da sociedade que a produziu e que utiliza aquele espaço. Essa perspectiva mais ampla encampa toda a necrópole incluindo aí espaços desprovidos de arte tumular² ou ornamentos, mas com inegável valor social e sentimental.

O emaranhado de esculturas, túmulos, capelas e mausoléus que marcaram a infância de Nava não são privilégios apenas do Cemitério do Caju, inúmeros outros cemitérios espalhados pelo mundo apresentam características semelhantes. Aliás, a ornamentação de túmulos foi uma preocupação constante das sociedades humanas ao longo dos anos. Contudo, a chamada arte tumular ou cemiterial teve suas práticas reorientadas e estabelecidas mais fortemente ao longo do século XIX e início do XX (VOVELLE, 1997).

O culto ao individualismo e ao embelezamento, características comuns da Belle Époque e vigentes na época foram expressos também na construção e no adorno dos

¹ Chama-se Carneiro a cova com as paredes laterais revestidas de tijolos ou materiais similares e que tem em sua parte interna as dimensões das sepulturas e, o fundo constituído pelo terreno natural. Existe também o chamado Carneiro Geminado que são dois carneiros e mais o terreno entre eles formado uma única cova.

² O termo Arte Tumular é dado àquelas obras que tem por fim ornamentar túmulos, capelas, mausoléus, enfim, é a arte destinada produzida para ornamentar a morada eterna.

cemitérios e túmulos. As novas formas de ostentação, advindas da arquitetura da cidade, influenciaram o estilo e ditaram o modelo a ser copiado. Nas palavras do historiador Michel Vovelle, entre os anos de 1850 até 1920-30, acentuou-se a utilização da estatuária funerária. O predomínio nesse período foi de obras esculpidas na pedra. Ainda segundo Vovelle, os jazigos dessa época eram repletos de símbolos e o luto era “institucionalizado” e “transcrito na pedra”. Pouco tempo depois a arte tumular passou a empregar largamente o uso de pedras uniformes e estereotipadas, principalmente o granito negro ou cinza-chumbo. Outra mudança foi a utilização de elementos em metal fabricados de forma padronizada e em série. Além disso, as estátuas em pedra deram lugar a peças em bronze fundido.

Observa-se que o lirismo está presente na maioria das representações e as obras assumem um caráter profundamente realista. São comuns as representações de anjos, mulheres, crianças, homens e santos, além de variados objetos como: guirlandas, cruzes, âncoras, colunas, piras. Todos repletos de simbologia e de apelo à posteridade.

Mais que um estilo, percebe-se que as produções advindas desse tipo de arte se consolidam em torno de uma temática, a relação do homem com a morte. Nesse sentido, o que se nota é o desenvolvimento do tema, expresso na representação de símbolos, na utilização de materiais nobres, na encomenda de obras a artistas renomados e na utilização de imagens religiosas. De um modo geral, podemos dizer que as características estilísticas presentes nos cemitérios brasileiros foram influenciadas diretamente pelo estilo e gosto europeu.

HISTÓRIA DO CEMITÉRIO

O Cemitério do Bonfim, assim como a cidade de Belo Horizonte, então denominada Cidade de Minas, nasceu sob o signo da modernidade. Nos moldes de uma ideologia republicana positivista, recém incorporada ao sistema político brasileiro, a concepção desse projeto pautava-se na utopia de uma cidade ideal, com espaços ordenados, iluminados e saneados. Assim como era preciso planejar a cidade dos vivos, a cidade dos mortos deveria ser ordenada e higiênica. Além disso, o cemitério também servia como um

elemento catalisador de uma nova percepção do mundo, visto que, contrastava de forma contundente com os antigos hábitos de se sepultar nos arredores das igrejas, herança fortemente arraigada na cultura brasileira nos séculos XVIII e XIX.

Inicialmente denominado de Cemitério Municipal da Nova Capital, o projeto da necrópole previa ruas bem definidas e largas, além de quadras meticulosamente traçadas. Sua implantação foi escolhida num local alto, afastado do perímetro urbano, então definido pela Avenida do Contorno. O planejamento definia ainda quadras específicas para o sepultamento de mulheres, crianças e personalidades. A obra estava entre as primeiras inauguradas pela Comissão Construtora da Nova Capital³ e precedeu em alguns meses a inauguração oficial da cidade⁴ (PENNA, 1950: 22). Concomitante a urbanização do Campo Santo, o edifício do Necrotério e algumas quadras seriam inauguradas pouco tempo depois.

Aliás, o Edifício do Necrotério (IEPHA, 1977) foi um marco que orientou a urbanização e ocupação do Cemitério Municipal e em seu entorno imediato foram construídas as primeiras quadras. Em 1900, o então prefeito de Belo Horizonte, Bernardo Pinto Monteiro, dava conta da situação do campo santo e dizia que "o prédio do necrotério encontrava-se no centro da área até então ocupada". (APM, 1900: 48 – 47). O edifício tornou-se referência para a cidade, pois estava localizado no alto do morro dos Menezes e podia ser avistado de vários pontos da cidade que ainda não tinha se verticalizado.

Esse ícone marcou a paisagem da cidade e também serviu como eixo de referência para a ocupação da região. O entorno do cemitério se transformou no bairro do Bonfim que, juntamente com a Lagoinha⁵, eram reconhecidas como reduto da boêmia da cidade, repleta de mitos e fantasias. Mitos como a famosa Loura do Bonfim

³A Comissão Construtora da Nova Capital era um grupo formado por arquitetos, engenheiros e funcionários públicos que tinham, entre outras atribuições, a função de escolher local, projetar e construir uma nova cidade que seria a capital do Estado de Minas Gerais substituindo Ouro Preto.

⁴O primeiro sepultamento no Cemitério do Bonfim foi da menina Bertha de Jeaguer, filha de um dos construtores da cidade, em 07 de fevereiro de 1897.

⁵A região dos bairros Bonfim e Lagoinha em Belo Horizonte se imortalizaram pela fama de região boêmia e festiva. Muitos eram os bares existentes no local que conviviam conjuntamente com uma zona de prostituição e comércio.

que, segundo a lenda, levava os motoristas até a porta do cemitério e desaparecia misteriosamente.⁶

Todavia, com o passar dos anos, a pretendida ocupação ordeira da necrópole, foi subvertida pelo crescimento desenfreado. O cemitério sofreu alterações consideráveis em seu planejamento original a ponto de em 1942 ter sua capacidade esgotada. As providências até então tomadas para o melhor aproveitamento dos espaços no seu interior, como a redução dos passeios e estreitamentos de ruas, não podiam mais ser repetidas. A única e inadiável solução era a construção de um novo Campo Santo, a fim de repartir, com o Bonfim, as necessidades do movimento obituário da capital.

O Cemitério do Bonfim funciona como uma espécie de microcosmo da sociedade reproduzindo em escala diminuta e com as devidas particularidades, as diferenças sociais, econômicas e culturais observadas na cidade.

O INVENTÁRIO

os inventários constituem, indiscutivelmente, um meio imprescindível e mesmo o ponto de partida necessário para as ações constitutivas das políticas de Patrimônio cultural” (LONDRES. 2004: 8)

O Inventário do Cemitério do Bonfim, em Belo Horizonte, realizado pela GID, Gerência de Identificação do IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais⁷, foi um trabalho que surgiu da necessidade de se conhecer melhor um importante espaço da cidade com significativa relevância histórica, artística e de memória e que ainda era e é muito pouco estudado. Além disso, e conjuntamente a esse fato, havia a necessidade iminente de se identificar e proteger as peças existentes no Bonfim que freqüentemente estavam desaparecendo pela ação de vândalos que depredavam e furtavam seu acervo. A cada peça desaparecida, ou jazigo depredado

⁶ Muitas são as variações sobre o mito da Loura do Bonfim, grosso modo as narrativas aconteciam conforme mencionado.

⁷ O IEPHA/MG é o órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais, a Gerência de Identificação – GDI é responsável, entre outras coisas, pelos inventários do patrimônio cultural de Minas Gerais.

sumia com ela parte significativa de uma memória sem que ao menos pudéssemos conhecer.

O valor histórico e cultural do Bonfim sempre foi algo irrefutável. Sua importância como patrimônio cultural já havia sido reconhecida em 1977 pelo IEPHA-MG, através do tombamento, do antigo Edifício do Necrotério (Capela), edificação de destaque na paisagem da cidade e do Campo Santo. Entretanto faltava conhecer de forma sistemática o conjunto de jazigos, túmulos e mausoléus, e os bens a eles integrados que compõe o variado e rico acervo artístico e cultural da necrópole.

Nesse sentido, tornava-se necessária a apreensão daquele universo por meio de algum levantamento. O inventário cultural foi o instrumento utilizado para esse fim, entre outras coisas, cumpre uma importante função no sentido da proteção dos bens culturais. O inventário é antes de tudo uma ferramenta de proteção, pois somente através do conhecimento prévio, obtido através de seus resultados, que se podem elaborar projetos e tomar medidas ou ações mais eficazes no sentido de preservar, conservar e salvaguardar memória e espaço.

O levantamento das informações, o registro fotográfico, as medições e todo o trabalho de elaboração das fichas de inventário constituíram-se num esforço para conhecimento, compreensão e preservação.

A experiência do Inventário do Cemitério do Bonfim foi importante, pois, a partir dele foi possível identificar várias potencialidades de estudos como por exemplo: a história dos artistas e marmoristas envolvidos na construção, o simbolismo presente nas figuras, os materiais utilizados na confecção das peças, as histórias de vida dos sepultados, a relação do cemitério com a cidade, etc.

METODOLOGIA, TRABALHO e RESULTADOS

A metodologia utilizada no inventário do Bonfim foi elaborada e consolidada a partir dos primeiros levantamentos em campo. Existia uma idéia inicial que pouco a pouco foi se modelando a realidade do trabalho e que por fim foi aplicada como critério de seleção dos túmulos inventariados. O primeiro ponto observado nesse processo foi que todos os túmulos do cemitério possuem uma importância ímpar, pois estão

relacionados diretamente a vida dos familiares que ali estão sepultados, ou seja, existe uma dimensão de uso daquele espaço que deveria e que foi levada em consideração no desenvolvimento dos trabalhos.

Do ponto de vista prático, era preciso selecionar os túmulos que seriam inventariados em um universo de mais de 5000 jazigos. Nesse sentido, para o levantamento proposto, foram considerados 03 critérios objetivos: o *critério histórico e social* – caracterizado por épocas de sepultamento, pelas personalidades, políticos, religiosos, comerciantes, artistas, intelectuais e outros indivíduos com destaque social; o *critério artístico* – que tentou abarcar a dimensão e expressão artística dos elementos e estruturas de arte tumular e o *critério dos materiais utilizados na construção* – que englobava os fabricantes e materiais utilizados (mármore, bronze granito, pedra sabão) e que se relacionam com os outros dois critérios, pois também dizem respeito a uma dimensão histórica e artística.

Além desses critérios, foi definido outro, o geográfico, estabelecido em função da capacidade de atuação e processamento dos dados. Assim, a área inventariada foi dividida em 02 etapas: a primeira, englobando as 10 quadras no entorno imediato do edifício do Necrotério (Capela) e 08 quadras da entrada principal do cemitério, conforme a planta a seguir. A área restante ficou para outra etapa.

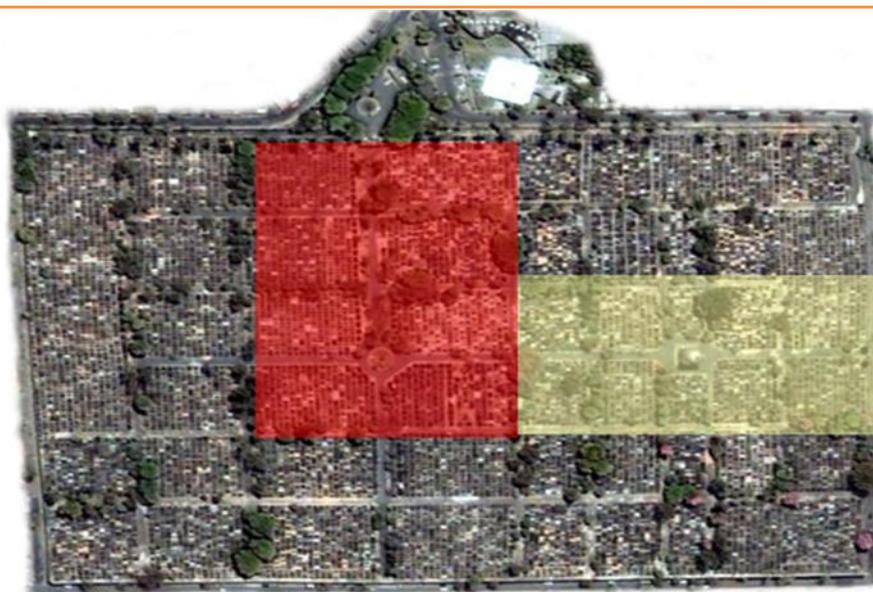


Fig. 02 – Área inventariada - 10 quadras ao redor do Necrotério (amarelo) e 08 quadras na entrada principal (vermelho) Fonte: Acervo IEPHA/MG 2010

Os trabalhos seguiram a dinâmica dos outros inventários realizados pelo IPAC/IEPHA-MG, constituída das seguintes etapas: *Levantamento documental* (artigos e publicações relativas ao tema cemitério e específicas sobre o Cemitério do Bonfim, tais como mapas, dissertações, entrevistas com ex-funcionários de marmorarias da Capital, etc), *Levantamento de campo* (identificação, localização, fotos, medições, material, análise de estado de conservação, fatores de risco, etc), *Elaboração das fichas* (descrição, histórico, material, técnica, etc, além do preenchimento das fichas e nomeação das fotos), *Revisão* (análise geral do conteúdo da ficha), *Cadastro* (lançamento das informações na base de dados do IPAC-MG) e *Disponibilização* (liberação de acesso a consulta internamente no BDIPAC-MG e externamente através da página www.ipac.iepha.mg.gov.br).

O trabalho de levantamento de campo foi iniciado em fevereiro de 2008 e estendeu-se até o final do mesmo ano. O preenchimento das fichas se deu paralelamente ao levantamento de campo e foi finalizado em março de 2010. A etapa de revisão começou em abril de 2010 e foi concluída em agosto do mesmo ano. O cadastro das fichas do Cemitério do Bonfim no Sistema IPAC/MG foi concluído em 03 de setembro de 2010. A indexação das fichas na base de dados do IEPHA-MG ocorreu de agosto a outubro de 2010.

Todos os dados coletados foram reunidos nas fichas de inventário. Ao todo foram identificados 515 carneiros que geraram 780 fichas e 2572 fotos. As fichas foram divididas entre elementos arquitetônicos, bens integrados, mausoléus e capelas.

Nos trabalhos foram identificadas inúmeras obras de arte em variados materiais, como o mármore branco, a pedra sabão, o bronze e o granito. Nesse conjunto de peças também foram identificados vários artistas de reconhecimento nacional e internacional, entre eles: Carlos Simi Stor, Heitor Usai, Ettore Ximenes, César Formenti, Jeanne-Louise Milde, João Scutto, Prof. Giuseppe Navone, José Scarlatelli, Laurindo Galante e tantos outros

Algumas das peças foram encomendadas em ateliês no Rio de Janeiro e em São Paulo e outras tantas feitas por artistas com residência em Belo Horizonte, como é o caso do austríaco João Amadeu Mucchiut, dono de uma vasta quantidade de obras no Cemitério do Bonfim.

Tabela 01 -Algumas obras e artistas identificados no Cemitério do Bonfim



Cesta de flores em pedra Sabão



João Amadeu Mucchiut



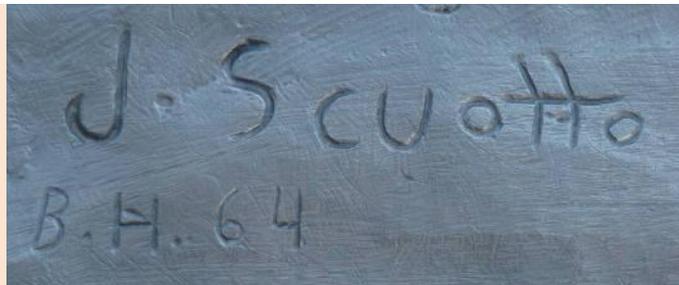
Mulher em mármore



Carlos Simi Stor



Busto em Bronze fundido



João Scuotto



Placa em bronze baixo relevo



Jeanne Louise Milde



Escultura em bronze fundido

Laurindo Galante

Os marmoristas e construtores foram outros personagens identificados pelo inventário. Através da pesquisa foi possível perceber que muitos deles trabalhavam em associação com os artistas. Aliás, muitos deles também estavam envolvidos na construção das primeiras edificações da nova capital de Minas estabelecendo uma estreita relação entre os artífices do Bonfim e da cidade.

Por fim, os levantamentos realizados no Cemitério do Bonfim apontaram para inúmeras possibilidades de pesquisa e de produtos oriundos dos trabalhos, entre eles: a iconografia religiosa cristã; os símbolos da morte; as técnicas de fatura de escultura; e outros mais que revelam a dimensão histórica, artística e social da necrópole.

O CEMITÉRIO E AS NOVAS RESSIGNIFICAÇÕES

Conforme visto, os cemitérios foram construídos com função social definida, a de sepultar os mortos. Todavia esse espaço, que anteriormente era reservado somente a este propósito, vem paulatinamente ganhando outros usos sociais. Um deles, e certamente o de maior visibilidade, é o apelo turístico. Atualmente muitos desses espaços tornaram-se, ou pretendem se tornar, pontos de visitação turística. Seguindo exemplos contundentes como o do cemitério de Père-Lachaise, em Paris e o La Recoleta, em Buenos Aires. Vários outros preparam sua estrutura física para abrigar essa nova demanda.

A transformação desses espaços em roteiros turísticos, ao que tudo indica, parece ser uma tendência mundial. Certamente o gosto por esta nova função se relaciona

com a vontade de apreensão do objeto cultural face o medo individual e coletivo da perda, ponto tão caro à sociedade moderna. Nesse ponto, é importante levarmos em consideração algumas especificidades das necrópoles.

Talvez a mais importante delas seja lembrarmos que, na maioria dos casos, os cemitérios que pretendem se incluir na rota turística estão em plena atividade, ou seja, funcionam para o sepultamento e a visitação pública que possuem motivações bem diversas ao do turismo, esse é o caso do Cemitério do Bonfim em Belo Horizonte. Tal dimensão deve ser cuidadosamente estudada e considerada na implantação de qualquer projeto museológico ou de visitação guiada. Sob pena de transformarmos as necrópoles em produtos culturais descartáveis, e retirarmos delas quaisquer tipos de identidade e a possibilidade de apropriação cultural.

O reconhecimento desses espaços como patrimônio cultural, deve passar primeiro pela identificação e re-conhecimento pela sociedade de que, efetivamente, os cemitérios são locais de memória. Nesse caminho, a conscientização é importantíssima, dotar o visitante de instrumentos de interpretação parece um ponto de partida fundamental na estratégia de reconhecimento. Experiências como a instalação de espaços de interpretação ou similares, já se mostram eficazes nesse sentido e ajudam ao visitante compreender e assimilar a importância do local onde visitam.

Enfim, conhecer o objeto em suas múltiplas faces é importante na construção de ações de preservação, interpretação e uso. Nesse processo, o inventário cultural é ferramenta indispensável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. O Espaço da Morte na Capital Mineira: Um ensaio sobre o Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 187-191, 1998.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria de Obras Públicas, Rascunhos Diversos, Nova Capital, Ofício, 2º semestre 1897.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas – Apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro**. fl. 47 e 48.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro.** 12/09/1899 a 31/08/1902. fl. 156.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. Dossiê de Tombamento do Edifício do Necrotério do Bonfim- Belo Horizonte. 1977.

LONDRES, Célia [et.al.]. **Celebrações e Saber da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas/** Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004.

MENSAGEM DIRIGIDA PELO PRESIDENTE DO ESTADO DR. FRANCISCO ANTONIO DE SALLES AO CONGRESSO MINEIRO NO ANO DE 1903. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1903. p.44.

MINAS GERAIS. DIÁRIO DO EXECUTIVO. 03 jun. 1977 Pág. 4 Col. 3 (PUBLICAÇÃO)MINAS GERAIS. DIÁRIO DO EXECUTIVO 16 jun. 1977 Pág. 3 Col. 3 (RETIFICAÇÃO)

NAVA, Pedro. **Balão cativo** (memórias 2). São Paulo: Ateliê Editorial, 2005. 416 p.

PENNA, Octávio. **Notas Cronológicas de Belo Horizonte: 1711 – 1930.** Belo Horizonte: 1950.

VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História.** São Paulo: Ática, 1997.